### ESTADO DE PERNAMBUCO

#### PODER LEGISLATIVO

### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

#### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

### 3º Quadrimestre de 2021

Período: jan/2021 a dez/2021

RGF - ANEXO I (URF, Art.55, Inciso I, Alinea"a")

		DESPESAS EXECUTADAS												
DESPESA COM PESSOAL		(Últimos 12 Meses)												
		LIQUIDADAS									Inscritas em			
		fev21	mar21	abr21	mai21	jun21	jul21	ago21	set21	out21	nov21	dez21	TOTAL (Últimos 12 meses) (a)	restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	34.504.649,03	32.340.068,28	32.404.915,67	32.863.275,76	33.161.241,67	33.332.634,17	36.366.490,36	35.057.516,95	33.428.216,67	33.580.876,39	34.529.797,52	68.030.093,20	439.599.775,67	0,00
Pessoal Ativo	27.014.565,42	24.796.693,78	24.872.341,64	25.410.149,82	25.741.215,58	25.852.329,01	28.847.567,89	27.466.334,68	25.804.795,40	25.733.945,69	26.615.404,56	51.976.418,15	340.131.761,62	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	21.759.166,05	19.554.240,44	19.630.061,91	20.079.774,77	20.380.353,24	20.475.924,83	23.494.172,17	22.121.472,19	20.483.799,20	20.421.999,08	21.214.129,09	41.272.768,95	270.887.861,92	0,00
Obrigações Patronais	5.255.399,37	5.242.453,34	5.242.279,73	5.330.375,05	5.360.862,34	5.376.404,18	5.353.395,72	5.344.862,49	5.320.996,20	5.311.946,61	5.401.275,47	10.703.649,20	69.243.899,70	0,00
Beneficios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.490.083,61	7.543.374,50	7.532.574,03	7.453.125,94	7.420.026,09	7.480.305,16	7.518.922,47	7.591.182,27	7.623.421,27	7.846.930,70	7.914.392,96	16.053.675,05	99.468.014,05	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.293.162,65	6.327.466,40	6.297.648,63	6.257.700,43	6.257.700,43	6.280.183,88	6.329.533,46	6.394.279,37	6.426.518,37	6.554.367,32	6.671.769,69	13.618.130,39	83.708.461,02	-,
Pensões	1.196.920,96	1.215.908,10	1.234.925,40	1.195.425,51	1.162.325,66	1.200.121,28	1.189.389,01	1.196.902,90	1.196.902,90	1.292.563,38	1.242.623,27	2.435.544,66	15.759.553,03	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	7.521.853,64	7.548.113,10	7.596.868,03	7.453.125,94	7.445.547,34	7.505.650,51	9.872.051,07	7.591.182,27	7.623.421,27	7.875.075,63	7.942.584,09	16.069.986,63	102.045.459,52	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período Anterior ao da Apuração	31.770,03	4.738,60	64.294,00	0,00	25.521,25	25.345,35	2.353.128,60	0,00	0,00	28.144,93	28.191,13	16.311,58	2.577.445,47	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.490.083,61	7.543.374,50	7.532.574,03	7.453.125,94	7.420.026,09	7.480.305,16	7.518.922,47	7.591.182,27	7.623.421,27	7.846.930,70	7.914.392,96	16.053.675,05	99.468.014,05	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III)=(I-II)	26.982.795,39	24.791.955,18	24.808.047,64	25.410.149,82	25.715.694,33	25.826.983,66	26.494.439,29	27.466.334,68	25.804.795,40	25.705.800,76	26.587.213,43	51.960.106,57	337.554.316,15	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% sobre a RCL Ajustada
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.342.387.716,05	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (Art.166-A, §1º, da CF) (V)	6.218.171,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas de Bancada (Art. 166, §16, da CF) (VI)	1.023.389,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	31.335.146.156,05	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)=(III a + III b)	337.554.316,15	1,0772
LIMITE MÁXIMO (VIII) (Incisos I,II,III, Artigo 20 da LRF)	488.828.280,03	1,5600
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (0,95xVI) (Parágrafo Único, Artigo 22 da LRF)	464.386.866,03	1,4820
LIMITE ALERTA (X) (0,90xVI) (Inciso II do § 1º do Artigo 59 da LRF)	439.945.452,03	1,4040

FONTE: SISTEMA E-FISCO 2022 - DADOS DEFINITIVOS UNIDADE RESPONSÁVEL: DCF/GEAC

DATA DA EMISSÃO: 25/01/2022

### NOTAS EXPLICATIVAS:

Nota 1: O TCE-PE e demais Órgãos integrantes da Administração Pública Estadual, utilizam o sistema E-Fisco, cuja administração, manutenção e supervisão são operacionalizados pelo Poder Executivo do Estado de Pernambuco.

Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Permambuco, são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Permambuco - FUNAFIN.

Nota 3: O reembolso da Contribuição Previdenciária Patronal do FUNAFIN é objeto de convênios para ressarcimento dos valores dos salários e contribuições previdenciárias patronais do FUNAFIN dos servidores efetivos pertencentes aos quadros do TCE-PE, que estão à disposição do Governo do Estado de Pernambuco e do Município do Recife (CONVENENTES).

Nesta publicação, o reembolso da Contribuição Previdenciária Patronal do FUNAFIN, do período de janeiro/2021 a dezembro/2021, no valor de R\$ 1.528.755,66 (equivalente a 0,45% da despesa líquida com pessoal), embora registrado no E-Fisco na conta patrimonial 4.9.9.9.1.03.02, não produziu efeitos na respectiva execução orçamentária.

O efeito do valor em relação ao comentário supracitado, resultou em aumento indevido do valor da despesa líquida com pessoal dos últimos 12(doze) meses, e para evitá-lo, o TCE-PE realizou o respectivo ajuste para fins de publicação.

Nota 4: Conforme entendimento do TCE-PE, por meio dos Acórdãos TCE-PE 355/2018 e 42/2020, não foram considerados, no cômputo da despesa com pessoal ativo, os valores pagos pela Administração a título de Licença Prêmio em Pecúnia, no valor de R\$ 848.048,84 (equivalente a 0,25% da despesa líquida com pessoal), que possuem natureza indenizatória.

Nota 5: Na elaboração do RGF do 3º quadrimestre/2021, os valores pagos de janeiro/2021 a dezembro/2021 a dezembro/2021 a ditulo de Terço Constitucional de Férias foram considerados no cómputo da Despesa Total com Pessoal, tendo em vista o Acórdão 1553/2021 do TCE-PE. A inclusão do Terço Constitucional de Férias como verba remuneratória durante todo o período do demonstrativo atende ao critério da uniformidade, constituindo uma boa prática contábil (Nota Técnica SEI nº 30805/2021/ME, itens 38 e 39).

RANILSON BRANDÃO RAMOS

LÚCIO GUSTAVO DE PAIVA GENU DINIZ

ANDRÉ RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA

Presidente do TCE/PE

Gerente de Auditoria Interna

Diretor de Contabilidade e Finanças Contador CRC/PE 016.082/O ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

### DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORCAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º Quadrimestre de 2021

Período: jan/2021 a dez/2021

RGF - ANEXO V (LRF, Art.55, Inciso III, Alínea"a")

R\$ 1,00

			OBRIGAÇÕES	FINANCEIRAS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA		EMPENHOS NÃO	DISPONIBILIDADE DE	
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não		LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E	CANCELADOS (NAO		
	BRUTA (a)	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	114.300.985,99	121,64	4.322.227,60	0,00	18.047.931,41	91.930.705,34	0,00	0,00	91.930.705,34	
Recursos Ordinários	57.912.937,78	121,64	4.322.227,60	0,00	18.047.931,41	35.542.657,13	0,00	0,00	35.542.657,13	
Outros Recursos Não Vinculados	56.388.048,21	0,00	0,00	0,00	0,00	56.388.048,21	0,00	0,00	56.388.048,21	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	67.927.759,31	0,00	0,00	0,00	0,00	67.927.759,31	0,00	0,00	67.927.759,31	
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	2.731.007,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2.731.007,44	0,00	0,00	2.731.007,44	
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados	65.196.751,87	0,00	0,00	0,00	0,00	65.196.751,87	0,00	0,00	65.196.751,87	
TOTAL (III) = (I + II)	182.228.745,30	121,64	4.322.227,60	0,00	18.047.931,41	159.858.464,65	0,00	0,00	159.858.464,65	

FONTE: SISTEMA E-FISCO 2022 - DADOS DEFINITIVOS

UNIDADE RESPONSÁVEL: DCF/GEAC

DATA DA EMISSÃO: 25/01/2022

### NOTA EXPLICATIVA:

Nota 1: As informações das DISPONIBILIDADES DE CAIXA LÍQUIDA, exigidas pela Secretaria do Tesouro Nacional através do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10° Edição, para preenchimento do Anexo V (Art. 55, Inciso III, alínea A da LC 101/2000), são obtidas no E-Fisco mediante consulta ao relatório denominado RAZÃO CONTÁBIL, das contas 8.9.1.1.1.101.00 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS ED EPPÓSITOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS COMPROMETIDOS POR LIQUIDAÇÃO DE EMPENHO e 8.9.1.1.1.02.02 - RECURSOS DE DEPÓSITOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS ED RETENCÕES.

Nota 2: Demonstrativo republicado tendo em vista que a conta 2.1.1.1.1.01.01 - (F)OBRIGAÇÕES DE PESSOAL A PAGAR - EXTRA FOLHA, no valor de R\$ 16.311,58, estava sendo considerada na coluna de "Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (c)" e na de "Demais Obrigações Financeiras (e)", ocasionando uma dupla dedução da disponibilidade de caixa bruta, subavaliando a disponibilidade de caixa líquida.

RANILSON BRANDÃO RAMOS

Presidente do TCE/PE

LÚCIO GUSTAVO DE PAIVA GENU DINIZ

Gerente de Auditoria Interna

ANDRÉ RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA

Diretor de Contabilidade e Finanças

Contador CRC/PE 016.082/O

# ESTADO DE PERNAMBUCO

### PODER LEGISLATIVO

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

# DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

# 3º Quadrimestre de 2021

Período: jan/2021 a dez/2021

RGF - ANEXO VI (LRF, Art.48)

RGF - ANEXO VI (LRF, Art.48)	R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ QUADRIMESTRE
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
Receita Corrente Líquida	31.342.387.716,05
Receita Corrente Líquida Ajustada	31.335.146.156,05

DESPESA COM PESSOAL	VALOR REALIZADO NO PERÍODO				
DEGFEGA COM FEGGOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA			
Despesa Total com Pessoal - DTP	337.554.316,15	1,0772			
Limite Máximo (Incisos I,II,III, Artigo 20 da LRF)	488.828.280,03	1,5600			
Limite Prudencial (Parágrafo Único, Artigo 22 da LRF)	464.386.866,03	1,4820			
Limite Alerta (Inciso II do § 1º do Artigo 59 da LRF)	439.945.452,03	1,4040			

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
VALOR TOTAL	0,00	159.858.464,65

FONTE: SISTEMA E-FISCO 2022 - DADOS DEFINITIVOS

UNIDADE RESPONSÁVEL: DCF/GEAC

DATA DA EMISSÃO: 25/01/2022

Nota 1: Demonstrativo republicado tendo em vista que a conta 2.1.1.1.1.01.01 - (F)OBRIGAÇÕES DE PESSOAL A PAGAR - EXTRA FOLHA, no valor de R\$ 16.311,58, estava sendo considerada na coluna de "Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (c)" e na de "Demais Obrigações Financeiras (e)", ocasionando uma dupla dedução da disponibilidade de caixa bruta, subavaliando a disponibilidade de caixa líquida.

# **RANILSON BRANDÃO RAMOS**

# ANDRÉ RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA

Presidente do TCE/PE

Diretor de Contabilidade e Finanças Contador CRC/PE 016.082/O

# LÚCIO GUSTAVO DE PAIVA GENU DINIZ

Gerente de Auditoria Interna